

ESTUDO DIAGNÓSTICO SOBRE A INTEGRAÇÃO DO COMÉRCIO (EDIC) - MATRIZ DE ACÇÃO

Objectivos Estratégicos	Acções de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política	Assistência financeira & técnica.				
Melhorar a Política comercial e a Integração das questões de comércio nas políticas e estratégias	1. Actualizar, validar e implementar a Estratégia Nacional de Exportações (ENE) a) Actualizar a ENE e relacioná-la com a Política e Estratégia Nacional de Comércio, Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Plano Quinquenal do Governo (PQG) e outros planos estratégicos sectoriais existentes b) Validar a ENE e elaborar um roteiro para a sua implementação	X	X	X	MIC (IPEX)/MEF	IPEME, MMAIP, MASA, MIREME, Sector Privado (SP), Organizações da Sociedade Civil (OSC)	Curto a médio prazo	
	2. Rever a Política e Estratégia Comercial a) Elaborar os Termos de Referência, identificar e recrutar consultores e realizar consultas nacionais participativas e inclusivas, tendo em conta a ENE, a ENDE, PQG e outros planos estratégicos sectoriais existentes b) Aprovar, divulgar e implementar a Política e Estratégia Comercial	X	X	X	MIC	IPEME, MMAIP, MASA, MIREME, MEF, OSC, SP, MEF	Curto a médio prazo	
	3. Fortalecer as capacidades das instituições governamentais chave, sector privado e as organizações da sociedade civil sobre assuntos de comércio a) Rever o mecanismo de consultas do Comité Inter-Institucional			X	MIC/MEF/SP	OSC, Outros	Curto a médio prazo	

¹ Curto prazo: 1 ano; Médio prazo: 1-5 anos; Longo prazo: mais de 5 anos

² Durante o ultimo encontro do Comité Inter-Institucional (05.12.2014), foi enfatizada a necessidade de se estabelecer um sistema de monitoria para a implementação da Matriz de Acção, questão anteriormente colocada durante o seminário de Validação do EDIC Actualizado (19.-20.11.2014). Ficou acordado que a Unidade Nacional de Implementação deverá elaborar uma proposta e submeter a ao Comité Inter-Institucional para sua aprovação.

Objectivos Estratégicos	Acções de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política.	Assistência financeira & técnica.				
	sobre a política comercial e a integração do comércio nas políticas e estratégias nacionais/sectorais b) Fortalecer o mecanismo de consultas público-privado tendo em conta a CTA e outros parceiros c) Estabelecer um mecanismo para monitorar os benefícios económicos resultantes do comércio internacional							
	4. Integrar as questões de comércio nas estratégias/planos nacionais e sectoriais de desenvolvimento a) Melhorar a capacidade das instituições-chave do governo, sector privado e OSCs em assuntos do comércio através de formações e seminários (exemplo, “open trade week”) a) Alinhar as acções mais importantes da Matriz de Acção do QIR com o Plano Económico e Social (PES) e o PQG			X	MIC/MEF/SP	IPEX	Curto prazo	
	5. Identificar e reduzir barreiras não-tarifárias (BNTs) a) Identificar, classificar e fazer um inventário das BNTs existentes de acordo com as metodologias existentes b) Priorizar e criar mecanismos para a remoção das BNTs identificadas	X	X	X	MIC/AT/MASA/BM	IPEX, IPEME, CPI, INNOQ, MEF, SP	Curto a médio prazo	
	6. Garantir a operacionalização da autoridade da concorrência	X		X	MIC	SP	Curto a médio prazo	
Liberalizar o Comércio de Serviços	7. Preparar e avaliar as ofertas nos sectores de turismo, transporte, energia, telecomunicações, construção e serviços financeiros no âmbito da liberalização do comércio de serviços a) Formular uma estratégia de negociação ao nível multilateral, regional (SADC, TFTA) e bilateral (EU-SADC EPA) com base na Política e Estratégia Comercial e nas estratégias e/ou planos sectoriais de desenvolvimento b) Identificar as áreas de interesses ofensivos de Moçambique no acesso aos mercados dos parceiros e esboçar possíveis compromissos na área do comércio de serviços no contexto da ZCL da SADC, do TFTA e do APE UE-SADC		X	X	MIC	MICULT, MTC, MIREME, MOPH, MEF, SP	Curto a médio prazo	

Objectivos Estratégicos	Acções de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política.	Assistência financeira & técnica.				
	c) Monitorar a implementação dos compromissos acordados, através do mecanismo de consulta inter-institucional							
Melhorar a Facilitação de Comércio e Infra-estruturas	8. Avaliar o impacto do Acordo sobre a Facilitação do Comércio (AFC) no âmbito da Organização Mundial do Comércio e elaborar um roteiro para a sua implementação a) Tendo em conta os resultados preliminares da auto-avaliação das necessidades e prioridades, elaborar e acordar um plano de implementação do AFC, segundo as categorias A, B, C, conforme previsto no AFC b) Abordar os doadores potenciais sobre um possível apoio na implementação das medidas consideradas chave e prioritárias para sua breve adopção c) Identificar as provisões do AFC, em particular sobre o trânsito aduaneiro, que podem servir de alavanca para a implementação dos compromissos já existentes no âmbito da SADC d) Consultar os países vizinhos sobre a implementação do AFC para que seja conseguido, onde possível, esforços coordenados na implementação de mediadas seleccionadas do AFC com respeito aos postos de fronteira comum e) Usar as provisões do AFC para simplificar ainda mais os procedimentos de importação e exportação tais como 1) redução do uso da inspecção pré-embarque, 2) eliminação do uso obrigatório de despachantes e melhorar a transparência, 3) promover o sistema de operadores autorizados	X	X	X	MEF (AT)	MIC, SP, MEF, MISAU, MASA, MINT	Curto prazo	
	9. Completar a implementação e melhorar ainda a funcionamento da Janela Única Electrónica (JUE) a) Rever o nível das taxas e encargos da Janela Única Electrónica b) Integrar os serviços de outras instituições (por ex. Ministério	X		X	MEF (AT)	MIC, SP, INE, MEF, MISAU, MASA, MINT	Curto a médio prazo	

Objectivos Estratégicos	Acções de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política	Assistência financeira & técnica.				
	da Agricultura e Segurança Alimentar, Ministério da Saúde, ...) c) Continuar com a capacitação/treinamento para usuários d) Coordenar medidas de trânsito aduaneiro da JUE com os países vizinhos e) Conectar a JUE com Instituto Nacional de Estatística para melhorar as estatísticas de comércio							
	10. Melhorar as infra-estruturas de comércio e a gestão das mesmas (Postos de fronteira comum, Portos, Aeroportos, Corredores de desenvolvimento.....)	X		X	MTC/MEF (AT)/ MOPH	MIC, MEF, MINT, SP, GAZEDA, CPI	Curto a longo prazo	
	11. Aumentar a consciência sobre o uso das melhores praticas aduaneiras através de formação e capacitação institucional a) Desenvolver treinamento específico/orientado para as alfândegas, despachantes e a comunidade de negócios b) Fortalecer o canal de consulta rápida sobre assuntos de comércio e alfândegas			X	MEF (AT)	MIC, SP, Associação dos Despachantes	Curto prazo e médio prazo	
Melhorar a eficiência das instituições de apoio ao comércio	12. Fortalecer o mecanismo de coordenação entre instituições de apoio ao comércio, incluindo o sector privado e organizações da sociedade civil a) Realizar uma pesquisa para claramente identificar áreas onde as instituições se sobrepõem e onde coordenação é necessária, para o alcance dos objectivos estratégicos comerciais b) Apresentar os resultados da pesquisa com as recomendações ao mecanismo inter-institucional de consultas para sua avaliação c) Implementar as recomendações, com o MIC actuando como instituição de monitoria		X	X	MIC	IPEX, MEF, MIREME, MMAIP, SP, OSC	Curto a médio prazo	

Objectivos Estratégicos	Acções de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política	Assistência financeira & técnica.				
	<p>13. Avaliar e fortalecer as capacidades organizacionais de instituições de apoio ao comércio (por ex: IPEME, INNOQ, IPEX, CPI)</p> <p>a) Em linha com os novos estatutos propostos, providenciar mais apoio para o fortalecimento da capacidade institucional do IPEX</p> <p>b) Operacionalizar as acções³ do INNOQ, torná-lo mais eficaz e incluir o seu papel na Política e Estratégia Nacional de Comércio como pré-requisito essencial para a diversificação das exportações através da implementação de normas, moçambicanas, metrologia e avaliação da conformidade</p> <p>c) Desenvolver e disseminar pelo menos 36 normas padrão nos sectores de alimentos, construção, transporte, turismo, energia e sectores de combustíveis</p> <p>d) Elaborar um plano de capacitação institucional para reforçar a capacidade do IPEME para implementar programas e projectos para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas.</p> <p>e) Elaborar um plano do IPEME com o objectivo de melhorar o conceito dos CorE's e acelerar o seu estabelecimento nas províncias</p> <p>f) Apoiar a expansão de centros do desenvolvimento de negócios, incluindo incubadoras</p> <p>g) O CPI deve continuar a rever o regime de investimentos, em linha com a Estratégia de Promoção de Investimentos Privados (PEPIP 2014-2016) e o roteiro de implementação proposto, em coordenação com o MIC e outras instituições governamentais</p>	X		X	MIC/MEF	IPEME, INNOQ, SP, IPI, ICM, CPI GAZEDA, IIP, IPEX, MMAIPS, MASA	Curto a médio prazo	

³ Acções que estão previstas na brochura “*Estudo Diagnóstico sobre a Integração do Comércio em Moçambique Revisto – 2014*” esboço de 30 de Outubro de 2014

Objectivos Estratégicos	Ações de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política	Assistência financeira & técnica.				
	14. Integrar o licenciamento de actividades económicas e comerciais na plataforma electrónica	X	X	X	MIC (DASP)	MJ, MITRAB, MEF/AT, MICOA, MASA, MINT, MISAU, MICULT; MIREME, MMAIP; MOPH, BM, SP, Municípios	Curto a médio prazo	
Desenvolver as Capacidades Produtivas	15. Implementar a ENE para que Moçambique se possa integrar melhor no sistema global de comércio e nas cadeias globais de valor a) Conectar os sectores/produtos identificados pela ENE com a Política e Estratégia Nacional de Comércio b) Identificar políticas de apoio para o desenvolvimento destes sectores/produtos c) Pescas: assegurar que as actividades do projecto Pro-Pesca e outras actividades são integradas nas políticas e estratégias do Ministério da Pesca e nos outros ministérios. d) Explorar e estudar o uso da tecnologia já disponível dos parceiros do Sul, como Brasil, para maior diversificação de produtos na indústria de cana-de-açúcar e de bio-combustíveis e) Aumentar a transferência de conhecimentos e promover capacidades produtivas e empresariais. f) Desenvolver uma estratégia com IPI, MMAIP e MASA, para explorar o potencial das indicações geográficas para produtos moçambicanos seleccionados. g) Considerar as oportunidades oferecidas pelo projecto de EMATUM para estabelecer fábricas de conservas em Moçambique	X		X	MIC/MASA	INIP, IIAM, CEPAGRI, MASA, MMAIP, IPEX, Academia, SP	Curto a médio prazo	
	16. Incentivar a utilização do conteúdo local e ligações empresariais, não só com a indústria extractiva a) Assistir pequenas e medias empresas no estabelecimento de ligações empresariais b) Identificar políticas e instrumentos de comércio que podem		X	X	MIC (IPEME)	INIP, IIAM, CEPAGRI, IPEX, IPEME, Academia, CPI, GAZEDA, MIREME	Curto a médio prazo	

Objectivos Estratégicos	Acções de Prioridade	Requisitos			Instituições Principais	Outras Instituições Envolvidas	Período de Implementação ¹	Status ²
		Implementação da política.	Mudança política.	Assistência financeira & técnica.				
	ser usados para incentivar o uso do conteúdo local e para desenvolver zonas francas industriais compatíveis com as regras e obrigações da Organização Mundial do Comércio							

LISTA DE ACRÓNIMOS

AT - Autoridade Tributária

BM - Banco de Moçambique

CEPAGRI - Centro de Promoção da Agricultura

CPI - Centro de Promoção de Investimentos

ICM - Instituto de Cereais de Moçambique

IIAM - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique

IIP - Instituto de Investigação Pesqueira

INE - Instituto Nacional de Estatística

INIP - Instituto Nacional de Inspeção do Pescado

INNOQ - Instituto Nacional de Normalização e Qualidade

IPEME - Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas

IPEX - Instituto para Promoção de Exportações

IPI - Instituto de Propriedade Industrial

MASA - Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

MEF - Ministério de Economia e Finanças

MIC - Ministério da Indústria e Comércio

MICULT - Ministério da Cultura e Turismo

MINJUST - Ministério da Justiça e Assuntos Constitucionais e Religiosos

MINT - Ministério do Interior

MIREME - Ministério dos Recursos Minerais e Energia

MISAU - Ministério da Saúde

MMAIP - Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas

MOPHRH - Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

MTADR - Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural

MITES - Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social

MTC - Ministério dos Transportes e Comunicações

OSC - Organizações da Sociedade Civil

SP - Sector Privado